

4º FÓRUM DE TIRADENTES
24 a 28 de janeiro de 2026

CARTA DE TIRADENTES 2026

Nós, profissionais de todos os segmentos do ecossistema audiovisual e de todas as regiões do Brasil, reunimo-nos em Tiradentes (MG) para realizar, mais uma vez, o Fórum de Tiradentes, que chega este ano à quarta edição.

Nos últimos três anos, o Fórum acompanhou de forma propositiva e engajada as políticas voltadas ao setor e o processo de restauração do Ministério da Cultura (MinC) e da Secretaria do Audiovisual (SAv), que possibilitaram avanços significativos.

A despeito desses avanços institucionais e das recentes conquistas obtidas por filmes brasileiros – que ampliaram o olhar da população para o cinema nacional e atraíram a atenção internacional – são grandes os desafios internos do setor. Dada a complexidade do contexto político e o ano eleitoral, há, ainda, ameaças à continuidade das políticas do setor.

O tema central do Fórum de Tiradentes em 2025 foi **Convergências de Políticas Públicas**, que dialoga com o da 29ª Mostra: **Soberania Imaginativa**. Compreende-se ser urgente o aprimoramento da integração e a articulação federativa entre União, estados e municípios. Só a convergência pode garantir a complementaridade de ações e investimentos, além do fortalecimento do setor em todas as regiões.

As profundas assimetrias na gestão pública entre os entes federativos precisam ser superadas. Almejamos a construção de um **Sistema Nacional do Audiovisual** baseado no equilíbrio federativo, na descentralização administrativa e na autonomia dos entes, sustentado por mecanismos de cooperação, coordenação e planejamento de longo prazo.

A continuidade dessas políticas é essencial para que o Estado brasileiro possa garantir, de maneira cada vez mais efetiva, o direito constitucional à cultura, reconhecendo o audiovisual como instrumento estratégico de cidadania, diversidade, memória, soberania e desenvolvimento.

O trabalho do Fórum tomou por base a busca de convergências em torno de quatro eixos:

- Audiovisual como estratégia de Estado: Plano de Diretrizes e Metas (PDM) e Nova Indústria Brasil (NIB);
- Convergências na gestão do fomento: Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e Arranjos Regionais;
- Regulação das plataformas de vídeo sob demanda (VoD);
- Internacionalização do audiovisual brasileiro.

Mais de 70 profissionais participaram desta edição, organizados em seis Grupos de Trabalho: Formação, Produção, Exibição e Difusão, Distribuição e Circulação, Preservação e Observatórios. O objetivo do Fórum foi identificar ações prioritárias para o período 2026–2027 e formular recomendações setoriais.

Essas recomendações serão encaminhadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas esferas federal, estadual e municipal, às instituições representativas do setor e à sociedade civil.

Do conjunto de recomendações, destacamos as seguintes prioridades:

1. Regulação urgente das plataformas de VoD

Aprovar a regulação do *streaming* no Congresso Nacional, assegurando a criação da Condecine-Streaming, fortalecendo o Fundo Setorial do Audiovisual e protegendo os conceitos legais de agentes e conteúdos brasileiros independentes.

Defende-se também a manutenção da Condecine-Remessa; a garantia de cotas para obras brasileiras independentes, com proeminência e visibilidade nos catálogos; e a previsão de janela mínima entre o lançamento comercial em salas de cinema e a disponibilização nas plataformas digitais.

2. Ampliação de públicos para o audiovisual brasileiro

Investir em um programa de comunicação contínua voltado a aumentar o reconhecimento do cinema brasileiro como diverso e instigante; valorizar a experiência coletiva nas salas de cinema; e despertar, tanto nas plateias adultas quanto infantis e juvenis, o desejo de ver obras nacionais. Reconhecer e validar oficialmente os públicos da circulação não comercial, como mostras, festivais, cineclubes, atividades de base comunitária e educativas.

3. Aprimoramento da governança e participação social

Aprovar o PDM para o período 2026-2035; avançar em ações interministeriais e consolidar a inclusão do audiovisual no programa NIB; renovar os membros do Comitê Gestor do FSA; nomear e empossar os novos membros da diretoria colegiada e da presidência da Ancine ainda em 2026; implementar Câmaras Técnicas Setoriais na Ancine e na SAV; incluir o setor no Conselho Nacional de Política Cultural; e garantir a presença do audiovisual nos editais da Política Nacional de Fomento Aldir Blanc.

4. Aprovação de marcos legais no Congresso Nacional

Aprovar no Congresso Nacional o não contingenciamento dos recursos do FSA e a extinção da DRU, assegurando a execução integral dos recursos. Garantir, a partir da reforma tributária, a manutenção dos mecanismos de fomento em estados e municípios via leis de incentivo.

5. Avançar na agenda regulatória

Criar o novo Regulamento Geral do FSA e revisar a Instrução Normativa de Direitos; rever o sistema de classificação do nível das produtoras; regulamentar a Lei 13.006/2014, relacionada ao cinema no contexto da Educação Básica; revisar e regulamentar o artigo 27 da MP 2228-1/2001, referente ao licenciamento de obras para exibição em instituições de ensino; revisar a portaria MinC 221/2025, que institui o programa de preservação do audiovisual brasileiro; e criar normativas de ações afirmativas.

6. Aprimoramento das políticas de fomento direto

Aprovar o Plano Anual de Investimentos (PAI) até junho de cada ano, garantindo previsibilidade e calendário regular de editais; publicar a nova regulamentação dos Funcines; assegurar a transversalidade e isonomia do investimento público, com linhas que contemplem distintos perfis de proponentes, projetos e atividades do ecossistema, (produção, distribuição, circulação, mostras e festivais, exibição, formação, preservação e pesquisa); garantir o fortalecimento do mercado interno e as cotas regionais; instaurar bancas de heteroidentificação no contexto das ações afirmativas.

7. Foco ampliado e contínuo na internacionalização

Estabelecer o fomento regular a coproduções alinhado aos calendários dos principais fundos internacionais; ampliar acordos de coprodução internacional com novos territórios; aprovar, no Congresso, os acordos assinados com Mercosul, França, Nigéria e China; avançar nas negociações em curso com Coreia do Sul, Japão, Líbano, México, Nova Zelândia, Polônia, Rússia e Turquia; e aprofundar o relacionamento com a cinematografia de língua portuguesa pela continuidade do programa Audiovisual da CPLP. Fortalecer alianças estratégicas para intercâmbios tecnológicos, de formação, pesquisa, circulação e preservação, bem como o intercâmbio para mobilidade de agentes.

8. Garantia da circulação das obras brasileiras

Desenvolver linhas de fomento para distribuidoras independentes moduladas a partir da realidade brasileira e não pelo mercado hegemônico; aperfeiçoar critérios do edital de desempenho comercial, sem a obrigação de contrapartida financeira até o teto de R\$ 500 mil; e prever isonomia entre editais de fomento à produção e à distribuição, assegurando que toda obra contemplada em produção disponha de recursos para distribuição, circulação e preservação.

9. Inserção da exibição na política pública

Instituição de um programa de apoio público voltado à manutenção do parque exibidor existente, com atenção às salas de agentes econômicos brasileiros, em especial as de pequeno e médio porte. Ampliar a infraestrutura de salas de cinema não comerciais, como a Rede de Salas Públicas de Cinema, considerando novas fontes de financiamento público.

10. Coalizão entre plataformas independentes

Fortalecer as plataformas de *streaming* independentes brasileiras por meio de fomento às necessidades operacionais, visando aumentar suas possibilidades para o licenciamento, disponibilização, promoção e internacionalização das obras. Promover a interlocução com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para o suporte financeiro voltado ao desenvolvimento de infraestrutura tecnológica das plataformas.

11. Proteção da cadeia de direitos

Proteger a propriedade intelectual das produtoras brasileiras independentes, combatendo práticas abusivas. Garantir remuneração de direitos autorais para criadores do setor, defendendo a Lei de Direitos Autorais. Avançar no debate sobre regulamentação do uso de obras em modelos de IA baseada no tripé autorização, transparência e remuneração. Assegurar direitos trabalhistas com remuneração justa e condições de trabalho dignas.

12. Criação do Programa Nacional de Cinema na Escola

Incluir o cinema como linguagem artística na Base Nacional Comum Curricular, garantindo o acesso aos recursos do MEC para infraestrutura; reconhecer o audiovisual como arte, mídia e tecnologia nos programas do governo; e investir em formação especializada para docentes.

13. Acesso em ambientes formativos

Organizar e disponibilizar acervos e materiais pedagógicos audiovisuais escolares nas plataformas e canais de radiodifusão públicos. Garantir o fomento de cineclubes, mostras e festivais com programação educativa. Garantir recursos sem exigência de retorno comercial, com foco em retorno social, para ações de promoção, circulação, formação e preservação.

14. Investimento ampliado na formação

Instituir o Programa Nacional de Formação Audiovisual considerando as fragilidades e lacunas profissionais. Direcionar esforços prioritários para segmentos estratégicos, notadamente distribuição, circulação, programação, preservação, crítica, curadoria, acessibilidade e especialidades técnicas, com atenção às demandas dos territórios. Estabelecer mecanismos de certificação de saberes e competências adquiridos por meio de percursos não formais e experiências práticas.

15. Ampliação do depósito legal obrigatório

Ampliar o escopo do depósito legal para incluir toda obra coproduzida ou produzida no país para fins de preservação, revisando os termos do art. 8º da Lei nº 8.685/1993 (Lei do Audiovisual) e do art. 26 da MP 2.228-1/2001. Estabelecer o credenciamento de, no mínimo, uma instituição em cada região do Brasil e, preferencialmente, em todos os estados, com a finalidade de receber, analisar e preservar materiais. Suspender a cobrança às empresas produtoras pelo depósito legal até que se revisem as normativas que versam sobre o tema.

16. Metodologia e qualificação de dados

Criar um programa de assessoria técnica para promover a qualificação de gestores públicos e sociedade civil, a partir de cooperação técnica e articulação institucional. Aprimorar a padronização de metodologias, instrumentos de produção, coleta, análise e uso qualificado de dados dos diferentes elos do ecossistema pelos entes federativos. Garantir financiamento para pesquisas aplicadas e estratégicas.

Considerações finais

Escrita no início do ano eleitoral de 2026, esta Carta faz um chamado urgente. É imperativo que sejam finalizados e protegidos os processos regulatórios e institucionais para que se evite brechas e vulnerabilidades administrativas.

Às candidaturas e aos futuros mandatos, apresentamos uma agenda para um plano de governo comprometido com o país. Garantir a continuidade, o aprimoramento e a convergência das políticas públicas é o caminho para quem deseja governar um Brasil que se vê e se reconhece em suas próprias telas.

Por fim, o Fórum de Tiradentes reafirma seu compromisso inegociável com a soberania imaginativa, a defesa dos direitos humanos, processos e práticas nacionais e a valorização da diversidade racial, de gênero e de territórios como fundamentos da democracia brasileira.

Tiradentes, 28 de janeiro de 2026.

Debora Ivanov
Mário Borgneth
Raquel Hallak d'Angelo
Coordenação Geral | 4º Fórum de Tiradentes

Alessandra Meleiro
Tatiana Carvalho Costa
Coordenação Executiva | 4º Fórum de Tiradentes

Adriana Fresquet – GT Formação
Alessandra Meleiro – GT Observatórios
Ana Paula Sousa – GT Exibição
Cintia Domit Bittar – GT Produção
José Quental – GT Preservação
Lia Bahia – GT Distribuição
Coordenação GTs | 4º Fórum de Tiradentes

Participantes e integrantes do 4º Fórum de Tiradentes: <https://mostratiradentes.com.br/4o-forum-de-tiradentes/coordenacao-integrantes-e-convidados/>.